

INFORMATIVO TRT2

Atos normativos da semana



N. 33

Período: 19 a 23 ago. 2024



Edital n. 7/GP, de 15 de agosto de 2024

Convida os Excelentíssimos Senhores Desembargadores e as Excelentíssimas Senhoras Desembargadoras do E. Tribunal Pleno para a Sessão Solene em que será empossada a Doutora Claudia Regina Lovato Franco no cargo de Desembargador do Trabalho.

Portaria n. 17/CR, de 20 de agosto de 2024

Altera o Anexo da Portaria n. 14/CR, de 28 de agosto de 2020, na forma que especifica.

Provimento n. 3/GP.CR, de 20 de agosto de 2024

Altera dispositivos do Provimento n. 1/GP. CR, de 24 de janeiro de 2023, relativos à concessão de condições especiais de trabalho aos(às) magistrados(as).

Portaria n. 10/GP.CR, de 15 de agosto de 2024

Determina a suspensão do expediente presencial, das sessões de julgamento e das audiências de conciliação e mediação no 2º grau, presenciais e híbridas, no Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Ato n. 34/GP, de 20 de agosto de 2024

Altera dispositivos do Ato n. 3/GP, de 24 de janeiro de 2023, para dispor sobre hipóteses de exclusão do limite percentual de servidores(as) em teletrabalho, além de incluir dispositivos no Ato n. 48/GP, de 5 de junho de 2023, para complementar as hipóteses de concessão de licença-paternidade, à gestante e à(ao) adotante.

Portaria n. 37/DGA, de 21 de agosto de 2024

Altera as portarias de designação de fiscalização dos contratos administrativos celebrados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 2. Região, na forma que especifica.

Órgãos de interesse

CNJ

Recomendação Conjunta n. 3/CNJ.CNMP, de 13 de agosto de 2024

Recomenda aos Tribunais e ao Ministério Público da

Congresso Nacional

Emenda Constitucional n. 133, de 22 de agosto de 2024
Impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos

CSJT

Edital de 15 de agosto de 2024/CSJT: programa de enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas e de proteção ao

União e dos Estados que adotem, prioritariamente, ações conjuntas para o fortalecimento, apoio e estímulo à implementação e ao desenvolvimento da aprendizagem e qualificação profissional de adolescentes, a partir dos 14 (quatorze) anos, e jovens durante ou após o cumprimento de medidas socioeducativas, em meio aberto e fechado.

[Provimento n. 180/CNJ, de 16 de agosto de 2024](#)

Altera o Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça – Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra), instituído pelo Provimento n. 149/CNJ, de 30 de agosto de 2023, para dispor sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – Serp; e dá outras providências.

[Instrução Normativa n. 103/CNJ, de 20 de agosto de 2024](#)

Institui o Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça.

[Edital de Consulta aos Tribunais/CNJ - Impugnação Justificada aos Critérios Propostos na Minuta de Portaria do Regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade, Ano 2025](#)

Torna público o edital de consulta aos tribunais indicados nos incisos de II a VII do art. 92 da Constituição Federal, referente à minuta

financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforça a imunidade tributária dos partidos políticos conforme prevista na Constituição Federal.

[Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 66, de 2024](#)

Informa que a Medida Provisória n. 1.238, de 3 de julho de 2024, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Judiciário para os fins que especifica, teve sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

[Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional n. 67, de 2024](#)

Informa que a Medida Provisória n. 1.213, de 22 de abril de 2024, que institui o Programa Acredita no Primeiro Passo, o Programa de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial - Programa Eco Invest Brasil, o Programa de Crédito e Financiamento de Dívidas de Microempreendedores Individuais e Microempresas - Procred 360 e o Programa de Renegociação de Dívidas de Microempreendedores Individuais - MEIs, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Desenrola Pequenos Negócios, e dá outras

[trabalho do migrante da Justiça do Trabalho](#)

Torna público o edital de chamada, aos Tribunais Regionais do Trabalho, de apresentação de propostas/projetos que visem o enfrentamento ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, bem como a proteção ao trabalho do(a) migrante.

[Edital n. 1/TST.CSJT. ENAMAT, de 21 de agosto de 2024](#)

Edital de abertura de inscrições para magistrados(as) trabalhistas interessados(as) em concorrer a bolsas de estudo do curso de “Normas Internacionales del Trabajo para Magistrados, Juristas y Docentes en Derecho ” promovido pelo Centro Internacional de Formação da OIT (CIFOIT-Turim), a ser realizado no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho, no período entre 9 e 13 de setembro de 2024.

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

[Instrução Normativa n. 33/MGI, de 14 de agosto de 2024](#)

Altera a Instrução Normativa n. 66/SGP. SEDGG. ME, de 16 de setembro de 2022, que consolida as orientações expedidas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto à concessão

de Portaria que regulamentará os critérios para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade referente ao ano de 2025.

Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas

Resolução n. 58/CFTA, de 7 de agosto de 2024
Dispõe sobre a atuação de técnicos agrícolas em projetos de construção rural e de reservatórios artificiais.

Conselho Federal de Biologia

Resolução n. 710/CFBio, de 17 de agosto de 2024
Dispõe sobre a atuação do(a) Biólogo(a) na área de Toxicologia.

providências, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 20 de agosto de 2024.

Conselho Federal de Medicina

Resolução n. 2.383/CFM, de 18 de julho de 2024

Disciplina o procedimento de monitorização neurofisiológica intraoperatória, que é ato médico exclusivo.

Resolução n. 2.384/CFM, de 30 de julho de 2024

Define e disciplina a atuação do médico, em especial do otorrinolaringologista, na realização do ato médico e exames complementares ao diagnóstico nosológico em otorrinolaringologia (ORL).

de progressão funcional e promoção aos servidores abrangidos pela legislação que menciona.

Poder Executivo

Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro, de 21 de agosto de 2024

Firma o Pacto pela Transformação Ecológica entre os Três Poderes do Estado Brasileiro.

Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Rua da Consolação, 1272 – 5º andar
CEP 01302-906 - São Paulo - SP - Tel: (11) 3150-2359

Elaborado pela Secretaria de Gestão Jurisprudencial, Normativa e Documental



Basis TRT2

Revista do Tribunal